



ATA DE REUNIÃO

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA QUATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Ao décimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 10h03, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária Plenária, no Auditório do Instituto COPPEAD da UFRJ, sob a presidência da Professora Fernanda Carvalho de Queiroz Mello. Estavam presentes à Sessão a Superintendente Administrativa, Marília Morais Lopes, e a Superintendente interina Ethel Pinheiro; **as Conselheiras representantes do Centro de Ciências Matemática e da Natureza (CCMN):** Adriana Santarosa Vivacqua, Monica Ferreira Moreira Carvalho Cardoso e Elis Cristina Araujo Eleutherio; **a Conselheira representante do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE):** Marta dos Reis Castilho; **os Conselheiros representantes do Centro de Ciências da Saúde (CCS):** Cláudia Pinto Figueiredo, Flávia Carvalho Alcantara Gomes, Tania Maria Ortiga Carvalho; **o Conselheiro representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH):** Cleber Dias da Costa Neto; **o Conselheiro representante do Centro de Letras e Artes (CLA):** Rodrigo Cury Paraizo, Ivair Junior Reinaldim e Aleria Cavalcante Lage; **os Conselheiros representantes do Centro de Tecnologia (CT):** Márcio de Almeida D'Agosto e Julio Cesar Boscher Torres; **as Conselheiras representantes do Fórum de Ciência e Cultura (FCC):** Marina Bento Soares; **a Conselheira representante de Duque de Caxias (D.C):** Luisa Andrea Ketzer; **o Conselheiro representante do CM-Macaé** João Luiz Mendes Wanderley. **Registrrou-se a ausência justificada o Conselheiro:** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFCH). O Presidente da Sessão saudou os(as) presentes, apresentou-se, procedeu à autodescrição e registrou agradecimento ao COPPEAD pelo espaço cedido para a realização da reunião. Em seguida, declarou aberta a Sessão e submeteu à apreciação do Plenário as Atas das Sessões de 27 de junho de 2025 e de 15 de agosto de 2025, que foram aprovadas, sem ressalvas registradas no momento. Passou-se ao **1-EXPEDIENTE. 1.1-** A Conselheira Adriana Vivacqua realizou breve exposição quantitativa relativa ao ALV 2025, destacando dados referentes ao volume de inscrições e de submissões por centro. Informou que, para a etapa de avaliação, será necessária a ampliação do número de avaliadores, de modo a suprir a demanda por áreas, considerando a diversidade de campos de conhecimento envolvidos. Apresentou panorama comparativo entre submissões e número de docentes por grande área, agradeceu a colaboração de todos e registrou que o detalhamento dos dados será disponibilizado posteriormente aos interessados. **1.2-** A Conselheira Natália Trindade convidou o colegiado para participar da Reunião Aberta sobre as ações afirmativas na pós-graduação, a ser realizada de forma remota no dia 29 de novembro, sob coordenação do Grupo de Trabalho de Reformulação da Resolução de Ações Afirmativas. Informou que o debate tem como uma de suas finalidades a inclusão de cota para pessoas trans, aprovada no âmbito do CONSUNI, e solicitou que os conselheiros divulguem amplamente o evento em seus centros. Ressaltou a importância de participação coletiva para que se compreendam as demandas específicas da pós-graduação e para que se construam encaminhamentos com legitimidade e aderência ao cotidiano dos programas. **1.3-** A Conselheira Monica Cardoso informou que tomaram conhecimento de que o Reitor realizou duas indicações de representantes para a Faperj, as quais não foram aceitas pelo Governador. A Conselheira registrou que, diante desse quadro, eventual pressão pela presença

de representação institucional deve ser direcionada ao Governador, e não apenas ao âmbito interno da Universidade. **1.4-** Na sequência da manifestação, a Conselheira Cláudia Figueiredo informou estar ciente das indicações realizadas. Contudo, destacou entender que o Reitor é o agente institucional que dispõe de maior capacidade de pressionar o Governador, sobretudo mediante articulação com outros reitores, insistindo na pauta de representação. Sublinhou que a ausência de representação da UFRJ na Faperj vem afetando não apenas esta Universidade, mas outras instituições, na medida em que os editais não estariam sendo direcionados às universidades de modo compatível com suas necessidades. Registrou, assim, preocupação com os impactos da lacuna institucional no planejamento e no fomento à pesquisa e à pós-graduação. **1.5-** A Conselheira Natália Trindade solicitou a palavra novamente para informar sobre a realização do EBINA da CAPES, evento relacionado ao sensu da pós-graduação, e solicitou que a PR2 se mobilize para participação ativa. Relatou que realizou reunião com a equipe responsável pelo sensu da pós-graduação, por meio da Cátedra de Pesquisa que coordena, a fim de tratar de aspectos operacionais e metodológicos do levantamento. Assinalou que a iniciativa é estratégica para políticas públicas da pós-graduação, especialmente por demandar dados quantitativos consistentes. Destacou que a portaria que dispõe sobre o sensu contém previsão segundo a qual, caso o número de respostas não seja alcançado, a distribuição de bolsas do ano subsequente poderá ser afetada, razão pela qual trouxe o alerta ao colegiado, por entender ser informação relevante que deve ser reforçada para evitar surpresas no ano seguinte. **1.6-** Não havendo novos inscritos no Expediente, a Superintendente Fernanda informou que o prazo de submissão para o ALV foi prorrogado, com decisão aprovada *ad referendum*, e reforçou a importância do apoio coletivo, especialmente na fase de análise das submissões. **Passou-se à ORDEM DO DIA 2.1- Painel do GID (Gestão de Indicadores de Desempenho) Professora Jaqueline Leta .** A Profa. Jaqueline Leta, docente do Instituto de Bioquímica Médica, apresentou-se, procedeu à autodescrição e iniciou sua exposição esclarecendo a finalidade do GID, criado em 2020, na gestão da Profa. Denise Freire, como um escritório voltado à gestão de indicadores de desempenho da pós-graduação e da pesquisa. Mencionou, de forma breve, portaria de 2025 que reformula objetivos do GID e atualiza sua composição, registrando a incorporação de novos membros à equipe. **2.1.1-** A expositora informou que o Painel foi concebido com foco em integração e uso de programas abertos e que, para tal, optaram por migrar sua estrutura para a linguagem Django. Acrescentou que se avalia o desenvolvimento de uma terceira versão, em diálogo com a TIC, buscando melhorias que permitam construir base de dados robusta, com índices e indicadores sobre a pós-graduação e a pesquisa na UFRJ. Apresentou, então, a página do Painel, esclarecendo que ainda não está disponível publicamente por estar em fase de finalização. Explicou que a plataforma contém quatro blocos principais, com possibilidade de inclusão de outros, a saber: pesquisa, produção, impacto e colaboração. Informou que os dados de produção apresentados são oriundos de dados abertos, o que favorece a transparência e a reprodutibilidade. **2.1.2-** A Profa. Jaqueline Leta demonstrou o funcionamento dos gráficos, indicando a existência de filtros para facilitar visualizações conforme a necessidade do usuário. Apresentou a aba “pessoal”, que contempla docentes vinculados à pós-graduação, e explicou que os dados dessa seção derivam do Sucupira, com recorte de 2013 a 2023. Na aba “pós-graduação”, expôs que os programas da UFRJ são apresentados em gráficos também filtráveis, inclusive com filtro específico para identificar programas em rede. Apresentou, ainda, seção referente às grandes áreas da CAPES, igualmente estruturada em gráficos com filtros. Informou que a equipe considerou incluir produção nesta aba, mas que a implementação pode não ser imediata no lançamento, em razão do grande número de possibilidades de recortes e necessidade de modelagem adequada. Houve sugestões pontuais manifestadas fora do microfone. **2.1.3-** A expositora apresentou, por fim, a aba relativa a Rankings, informando que uma das atribuições do GID é submeter dados para diferentes rankings, e que tais levantamentos tendem a considerar a instituição como um todo, e não por programa. Encerrando a apresentação, agradeceu aos membros da equipe e informou que a previsão é publicar o Painel em dezembro, embora ainda existam ajustes pendentes. Destacou, como desafio, a inexistência de setor próprio de web design na UFRJ, o que, em determinadas etapas, impõe a necessidade de contratação externa para aspectos de layout e apresentação visual. **2.1.4-** Aberta a fase de inscrições, a Conselheira

Natália Trindade parabenizou a equipe pela iniciativa e afirmou que, tão relevante quanto disponibilizar dados, é analisá-los para subsidiar políticas institucionais da pós-graduação. Questionou quais seriam os próximos passos institucionais após a consolidação desses dados e destacou que a UFRJ pode apoiar PPGs na trajetória de elevação de notas rumo à excelência. Observou que os dados sobre conceitos dos programas evidenciam, por um lado, crescimento de programas conceito 7 e, por outro, restrições do sistema de distribuição de bolsas, dada a existência de teto no SNPG: aumentando o número de programas 6/7, tende a haver queda do quantitativo relativo de bolsas disponíveis. Propôs que uma estratégia orçamentária seja construída para dar guarida aos programas em risco, defendendo que, munida de dados, a UFRJ pode agir preventivamente. **2.1.5-** Durante as manifestações, a Professora Vânia Guedes, vice-coordenadora do Escritório GID, sugeriu a realização de evento institucional para refletir sobre os dados e informou que, em estudo sobre governança em ciência, tecnologia e inovação, observaram que o Brasil ocupa a 14ª posição em volume de produção de artigos, mas registra queda considerável no número de citações, o que avaliou como dado preocupante. **2.1.6-** A Profa. Jaqueline Leta concordou com a preocupação e afirmou que o GID também tem atribuição de pensar sobre indicadores, acolhendo a proposta de reflexão institucional e sugerindo, como hipótese de encaminhamento, que a PR2 avalie lançar edital sobre temas e números associados a pesquisas e desempenho. **2.1.7-** O Conselheiro Rodrigo Cury parabenizou a expositora e afirmou que o acesso a dados é essencial para planejamento. Sugeriu que pode haver possibilidade de filtragem por área, com consultas específicas. Acrescentou que a UFRJ dispõe de cursos na área de Comunicação Visual e formação voltada a web design, e sugeriu avaliar colaboração de estudantes nesses campos, como alternativa à contratação de empresas externas. **2.1.8-** A Conselheira Aléria Lage questionou a possibilidade de coletar dados relativos a minorias, tais como negros, pessoas trans, pessoas com deficiência física, auditiva ou visual, e indígenas. Registrou que, embora a CAPES mencione reconhecimento de iniciativas nessa direção, não há, na prática, coleta sistematizada de dados. Sugeriu que se estabeleça coleta por PPG, com participação dos próprios programas, especialmente no contexto de expansão de ações afirmativas. **2.1.9-** A Presidente da Sessão ponderou que talvez algumas informações possam ser coletadas via SIGA, mas reconheceu que nem todas estão disponíveis no sistema. A Conselheira Aléria Lage reiterou que, por essa razão, propõe coleta direta com os programas. **2.1.10-** A Profa. Jaqueline Leta informou que tentaram utilizar dados do SIGA, mas que o sistema retorna grande volume de informações não necessárias ao objetivo do Painel, e que, por esse e outros motivos, optaram por dados abertos da CAPES. Manifestou concordância com a necessidade de esforço institucional para sistematizar coleta de dados, porém esclareceu que tal medida não foi viável para a versão atual do Painel. **2.1.11-** O Conselheiro Júlio Torres apresentou-se, parabenizou a equipe e sugeriu que gráficos comparativos incorporem percentuais e que haja ferramenta de comparação, ao menos entre programas da UFRJ. Perguntou se os dados foram baixados da CAPES, o que foi confirmado pela Profa. Jaqueline Leta. Indagou se os dados mudariam no ano seguinte, e a expositora respondeu que sim, sendo necessário script para atualização. Acrescentou que a migração para Django se relaciona ao domínio técnico de servidores sobre essa linguagem e, caso haja migração para TIC, a manutenção poderá ser assumida, ainda que existam custos de transição. **2.1.12-** A Conselheira Cláudia Figueiredo parabenizou o trabalho e enfatizou a relevância de incluir produção vinculada tanto a programas quanto a áreas. Sugeriu incluir, por programa, dados de concessão de bolsas PROEX e DS da CAPES, por se tratar de tabela organizada e útil ao planejamento. A Profa. Jaqueline Leta ponderou que, embora haja dados de bolsistas, estes estariam subestimados, pois não incluem CNPq e outras agências, e que isso demandaria esforço significativo; indicou a proposta como possibilidade futura. A Presidente da Sessão sugeriu que parte desses dados poderia ser obtida junto à própria PR2. **2.1.13-** A Conselheira Monica Cardoso parabenizou a expositora e questionou por que os dados não estão públicos. Defendeu que a UFRJ deve pensar em sistema institucional que comporte suas necessidades e sugeriu tratar o tema no CONSUNI, para garantir continuidade mesmo em caso de mudança de gestão. **2.1.14-** A Profa. Jaqueline Leta explicou que a publicização plena esbarra em ausência de local adequado para hospedar a tabela completa e em complicadores na estrutura TIC. Informou que, por ora, é possível baixar gráficos

individualmente, permitindo comparações locais. A Conselheira Monica Cardoso questionou se há oposição interna à publicização, e a expositora respondeu que sim, por motivos diversos. **2.1.15-** A Conselheira Flávia Gomes parabenizou a equipe e destacou que o Painel tende a servir como ferramenta para políticas de crescimento dos PPGs e apoio a câmaras do CEPG. Questionou se o Painel consegue reunir todas as informações de um PPG e enfatizou a necessidade de definir com precisão quais elementos são essenciais, defendendo que produções apareçam na plataforma. A Profa. Jaqueline Leta respondeu que o Painel já contempla informações centrais, como docentes e discentes, e que verificará a possibilidade de condensar dados em tabela única.

2.1.16- A Conselheira Natália Trindade informou que a ANPG lançará dossiê “Newton Sucupira” para avaliar princípios da pós-graduação no tocante à inserção de mestres e doutores no mercado de trabalho e observou que o Painel não contempla a situação de egressos. Reconheceu a dificuldade, mas defendeu que se pense sobre o tema e que a UFRJ contribua para alternativas metodológicas nacionais, dada a inexistência de consenso sobre o melhor sistema para acompanhamento de egressos. A Profa. Jaqueline Leta respondeu que há frente de coleta de dados de egressos. Informou que existe outro painel para esses dados e sugeriu que, idealmente, as informações estejam integradas.

2.1.17- Encerradas as inscrições, a Presidente da Sessão Fernanda comentou a proposta de institucionalização aventada pela Conselheira Monica, destacando que o GID possui portaria, resoluções e participação de técnicos da PR2, com intenção de sustentabilidade. Indicou que o principal desafio atual reside no armazenamento de dados e no layout de disponibilização e integração com sistemas institucionais, o que deve configurar política da Universidade. Informou decisão de que a plataforma Alumni de Egressos comece pela pós-graduação, relatando dificuldades de encurtar e qualificar sistemas de dados para verificação de egressos e alimentação da plataforma, bem como desafios na chamada e mobilização de egressos para participação. Passou-se à **2.2. Instrução Normativa sobre editais de processos seletivos dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu e lato sensu.** A Conselheira Luísa Ketzer apresentou-se, procedeu à autodescrição e contextualizou o trabalho do GT de Processos Seletivos. Informou que utilizaram como base Instruções Normativas de outras universidades publicadas entre 2024 e 2025, parecer do MEC de 2012 e diversas cartas da Procuradoria sobre processos seletivos. Em seguida, iniciou leitura do texto.

2.2.1- A Conselheira Flávia Gomes questionou a relação entre a Instrução Normativa e a Resolução 302/2024, indagando se, com a aprovação da IN, a Resolução deixaria de valer. A Conselheira Luísa Ketzer respondeu que a Resolução não detalha aspectos específicos do processo de seleção e que a IN está vinculada a ela, não havendo, em princípio, contradição.

2.2.2- A Superintendente Ethel Pinheiro sugeriu que se reavalie o formato do texto, retirando artigos e adotando estrutura por itens e incisos, por entender que a função de IN é instrutiva. A Conselheira Luísa Ketzer registrou que as IN utilizadas como referência estavam estruturadas com artigos, mas que a possibilidade de ajuste pode ser avaliada. A Conselheira Natália Trindade reforçou que a IN não substitui a Resolução 302.

2.2.3- Durante a leitura, no inciso 2º do art. 3º, a Conselheira Adriana Vivacqua informou recado atribuído à Conselheira Monica Cardoso, apontando possível desacordo do final do inciso com outras IN. A Conselheira Luísa Ketzer explicou que programas *lato sensu* nem sempre possuem Conselho Deliberativo, e o GT teve dúvida sobre instância de aprovação do edital, razão da redação proposta. Indicou, como ajuste, a possibilidade de finalizar a frase em “pelo colegiado da Unidade”, retirando menção à CPGP.

2.2.4- Na sequência, durante a leitura do art. 4º, o Conselheiro Júlio Torres propôs separar o item k por conter duas informações distintas: prazo para interposição de recursos e momento de divulgação de resultados, que, em seu entendimento, deveria constar na seção de divulgação de resultados.

2.2.5- O Conselheiro João Luiz procedeu à autodescrição e questionou se a redação “gravação da arguição oral ou outro meio de materialização da nota” implicaria que programas não estariam mais obrigados a gravar arguições orais.

2.2.6- A Conselheira Natália Trindade esclareceu que a expressão “outro meio de materialização da nota” busca abranger formas de avaliação que assegurem materialização, e que a redação pode ser revista para esclarecer se gravação será ou não obrigatória.

2.2.7- O Conselheiro Rodrigo Cury reforçou a explicação e a Conselheira Natália Trindade sugeriu destacar o item para ajuste após compreensão do conjunto do texto. Desenvolveu-se discussão sobre redação do item k, com ponderações de que a materialização é essencial, mas o

mecanismo pode variar, desde que se garanta o direito do candidato. **2.2.9-** Prosseguiu-se com discussão sobre prazo de interposição de recurso e sobre divulgação do resultado. A Conselheira Aléria Lage ponderou que o edital deve explicitar formatos utilizados nas etapas e sugeriu prever prazo para requerimento do candidato quanto ao acesso à materialização das notas. O Conselheiro Júlio Torres expressou preocupação de que a redação possa ensejar interpretação de ausência de acesso ao resultado; o Conselheiro Rodrigo Cury esclareceu que se trata de acesso à materialização, e que a IN prevê possibilidade de o candidato requerer vista. **2.2.10-** A Conselheira Natália Trindade propôs manutenção da redação original, destacando que outra questão relevante é o tempo hábil para os programas disponibilizarem materiais necessários à garantia do direito de recurso. **2.2.11-** A Conselheira Luísa Ketzer indicou que a parte referente a judicialização e problemas contemplaria de forma mais ampla a temática de recursos. A Conselheira Natália Trindade registrou que a manutenção do prazo de um dia para solicitação de acesso a meios de materialização é importante para responder a demandas do MPF, e que o texto buscou não engessar prazos e procedimentos, considerando diferentes realidades dos PPGs. Destacou que o CEPG não dispõe de condições materiais para prescrever, de modo uniforme, prazos e formatos de garantia de acesso, pois cada PPG deve definir o mais adequado. **2.2.12-** A Superintendente Ethel Pinheiro sugeriu que o GT retome o item k, dada a complexidade, mantendo claro que há prazo para solicitar materialização. A Conselheira Adriana Vivacqua considerou arriscado manter prazo de um dia e sugeriu que cada PPG delibere o tempo necessário. A Conselheira Natália Trindade sugeriu, como ajuste, explicitar que se trata de “etapas eliminatórias”. A Conselheira Luísa Ketzer prosseguiu com a leitura. **2.2.13-** No inciso 3º do art. 4º, a Conselheira Flávia Gomes questionou a motivação do dispositivo e observou que a ausência de carta de aceite prévio de orientador pode inviabilizar programas, especialmente na área biomédica. **2.2.14-** A Conselheira Luísa Ketzer esclareceu que se trata de orientação antiga, constante do Parecer 178/2012 do Conselho Nacional de Educação do MEC, que recomenda abolir carta de recomendação ou aceite, sendo também recomendação já apontada pela Procuradoria em casos anteriores. **2.2.15-** A Conselheira Adriana Vivacqua questionou se a orientação se aplica ao momento da seleção, e a Conselheira Natália Trindade respondeu afirmativamente, apresentando justificativa de ordem legal vinculada aos princípios da administração pública, especialmente isonomia, transparência e impessoalidade, argumentando que cartas de recomendação ou aceite personalizam o processo seletivo. **2.2.16-** A Conselheira Flávia Gomes registrou que, se não houver possibilidade de alteração, cada PPG buscará solução compatível com sua realidade. **2.2.17-** O Conselheiro João Luiz manifestou concordância e sugeriu que tais cartas possam ser solicitadas na matrícula, hipótese que a Conselheira Natália Trindade registrou como questão distinta. Não havendo mais informes ou relato de processos, a sessão foi encerrada às 12h57. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professora Fernanda Carvalho de Queiroz Mello, e por mim.



Documento assinado eletronicamente por **Adriene Campelo do Amaral, Chefe**, em 20/03/2026, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Ramos Torres de Mello Neto, Pró-Reitor(a) de Pós-Graduação e Pesquisa**, em 20/03/2026, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **6443026** e o código CRC **FCEC7077**.